

Carlos Alberto Pereira de **CASTRO**
João Batista **LAZZARI**

MANUAL DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO

24^a
edição

*revista, atualizada
e ampliada*



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora
- Fechamento desta edição: 29.09.2020
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2021 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Aurélio Corrêa
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

C35m
Castro, Carlos Alberto Pereira de

Manual de Direito Previdenciário / Carlos Alberto Pereira de Castro, João Batista Lazzari. – 24. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2021.

Inclui bibliografia e índice
ISBN 978-85-309-9186-9

1. Previdência social – Legislação – Brasil. 2. Seguridade social – Legislação – Brasil. I. Lazzari, João Batista. II. Título.

20-66431

CDU: 349.3(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

Sumário

Abreviaturas.....	XXXI
-------------------	------

PARTE I

INTRODUÇÃO AO DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Capítulo 1 – O Estado e a proteção social ao trabalhador	3
1.1 Prólogo.....	3
1.2 O surgimento da noção de proteção social.....	4
1.3 A mútua assistência e a caridade.....	5
1.4 A assistência social estatal.....	5
1.5 A formação do conceito de bem-estar social.....	6
1.6 Evolução da previdência social – Do modelo de Bismarck ao modelo de Beveridge...	9
Capítulo 2 – Fundamentos da previdência social	15
2.1 A intervenção do Estado e a dignidade da pessoa humana	15
2.2 A solidariedade social.....	17
2.3 A compulsoriedade da filiação.....	17
2.4 A proteção aos previdentes.....	18
2.5 A redistribuição de renda.....	18
2.6 O risco social.....	20
2.7 Da previdência à segurança social.....	20
Capítulo 3 – Modelos de Previdência Social	23
3.1 Sistemas contributivos e não contributivos.....	24
3.2 Sistemas contributivos de repartição e capitalização.....	25
3.3 Sistemas privados de Previdência.....	25
3.4 O sistema de pilares.....	26
Capítulo 4 – A Evolução da proteção social no Brasil.....	29
4.1 Primeiras regras de proteção.....	30
4.2 A Lei Eloy Chaves.....	30
4.3 Os institutos de classe	32
4.4 Da criação do INPS à Constituição de 1988.....	33
4.5 A Constituição de 1988 e a Seguridade Social	35
4.6 A criação do INSS e as primeiras reformas	36
4.7 A Emenda Constitucional n. 20, de 1998	38
4.8 As Emendas Constitucionais ns. 41 e 47.....	40
4.9 A Emenda Constitucional n. 103, de 2019	40

Capítulo 5 – O Direito Previdenciário.....	43
5.1 Conceito e objeto de estudo.....	43
5.2 Autonomia científica.....	44
5.3 Classificação perante a divisão didático-enciclopédica do direito.....	45
5.4 Relação do Direito Previdenciário com outros ramos do direito.....	46
5.5 Fontes do Direito Previdenciário.....	48
Capítulo 6 – Aplicação das normas de Direito Previdenciário.....	53
6.1 Antinomias e critérios de solução.....	53
6.2 Lacunas do ordenamento e sua solução.....	54
6.3 Interpretação das normas.....	55
6.4 Vigência e eficácia das normas no tempo.....	56
6.5 Vigência e eficácia das normas no espaço.....	59
6.6 Acordos Internacionais de Previdência Social firmados pelo Brasil.....	59
Capítulo 7 – Princípios do Direito Previdenciário.....	69
7.1 Princípios gerais de Direito Previdenciário.....	69
7.2 Princípios constitucionais da Seguridade Social.....	71
7.3 Princípios específicos de custeio.....	73
7.4 Princípios específicos de Previdência Social.....	76
Capítulo 8 – Regimes previdenciários.....	81
8.1 O regime geral de Previdência Social – RGPS.....	81
8.2 Regimes de Previdência de servidores públicos ocupantes de cargos efetivos.....	82
8.3 Regime Previdenciário Complementar.....	83
8.4 Regime dos Militares das Forças Armadas.....	87

PARTE II

A SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA

Capítulo 9 – A organização da Seguridade Social.....	91
9.1 Sistema Nacional de Seguridade Social.....	91
9.2 Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.....	91
9.3 Gestão descentralizada.....	93
9.4 Conselho Nacional de Previdência – CNP.....	93
9.5 Conselhos de Previdência Social – CPS.....	95
9.6 Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.....	96
9.7 Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.....	97
9.8 Conselho de Recursos da Previdência Social – CRPS.....	98
9.9 Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF.....	101
Capítulo 10 – Relação jurídica de custeio.....	105
10.1 Definição da relação obrigacional.....	105
10.2 Autonomia da relação de custeio.....	106
10.3 Identidade com a relação obrigacional tributária.....	106
Capítulo 11 – Contribuintes da seguridade social.....	109
11.1 Segurados do regime geral de Previdência Social.....	110
11.2 Empresa e entidades equiparadas.....	111

11.3	Matrícula da empresa, do produtor rural pessoa física e do segurado especial.....	112
11.4	Empregador doméstico.....	113
11.5	Apostadores de concursos de prognósticos.....	114
Capítulo 12	- Relação jurídica de seguro social.....	115
12.1	Definição da relação de Seguro Social.....	115
12.2	Vinculação da relação previdenciária com a filiação.....	116
12.3	Natureza jurídica da relação de Seguro Social.....	119
Capítulo 13	- Segurados do regime geral de Previdência Social.....	123
13.1	Segurados - Definição.....	123
13.2	Segurados obrigatórios.....	123
13.2.1	Empregado urbano e rural.....	124
13.2.2	Empregado doméstico.....	133
13.2.3	Contribuinte individual.....	134
13.2.4	Trabalhador avulso.....	138
13.2.5	Segurado especial.....	139
13.3	Segurado facultativo.....	145
13.4	A menoridade e a filiação como segurado.....	146
13.5	Aposentado que retorna à atividade.....	147
Capítulo 14	- Filiação dos segurados.....	149
Capítulo 15	- Manutenção e perda da qualidade de segurado.....	153
Capítulo 16	- Dependentes.....	165
Capítulo 17	- Inscrição dos segurados e dependentes.....	181
17.1	Inscrição dos segurados.....	181
17.1.1	Inscrição de segurado <i>post mortem</i>	185
17.2	Inscrição de dependentes.....	188

PARTE III

CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL

Capítulo 18	- Sistema de Financiamento da Seguridade Social.....	193
18.1	Sistema contributivo.....	195
18.2	Participação da União.....	196
18.3	Contribuições sociais.....	197
18.3.1	Conceituação.....	197
18.3.2	Natureza jurídica.....	198
18.3.3	Características gerais.....	199
18.4	Outras receitas da Seguridade Social.....	200
Capítulo 19	- Contribuições ao Sistema.....	203
19.1	Salário de contribuição.....	203
19.2	Salário-base.....	205
19.3	Contribuição do segurado empregado, inclusive doméstico, e trabalhador avulso.....	206
19.4	Contribuição do segurado contribuinte individual e facultativo.....	211
19.5	Exigência de contribuição mínima - EC n. 103/2019 e art. 19-E do RPS.....	219
19.6	Contribuições das empresas.....	223

19.6.1	Contribuição sobre a folha de pagamento.....	223
19.6.2	Contribuição sobre a remuneração paga aos segurados contribuintes individuais e trabalhadores avulsos	225
19.6.3	Contribuição adicional das instituições financeiras	229
19.6.4	Contribuição em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho GILRAT.....	229
19.6.4.1	Fator Acidentário de Prevenção – FAP.....	231
19.6.4.2	Contribuição adicional para o financiamento da aposentadoria especial	238
19.6.5	Desonerações da folha de salários.....	239
19.6.6	Contribuição sobre a receita e o faturamento	240
19.6.7	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	241
19.6.8	PIS/PASEP	247
19.6.9	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL.....	250
19.6.10	Contribuições das microempresas e empresas de pequeno porte – o Simples Nacional.....	251
19.7	Contribuições do importador de bens e serviços do exterior	256
19.8	Contribuições decorrentes do trabalho prestado em obras de construção civil.....	258
19.8.1	Conceito de obra de construção civil.....	259
19.8.2	Obrigações previdenciárias do sujeito passivo na obra de construção civil....	259
19.8.3	Aferição indireta das contribuições.....	262
19.8.4	Apuração de salário de contribuição contido em nota fiscal de serviço/fatura.....	263
19.8.5	Apuração de salário de contribuição com base na área construída e no padrão da obra.....	263
19.8.6	Retenção na construção civil.....	264
19.9	Contribuição dos clubes de futebol profissional.....	264
19.10	Contribuição do empregador doméstico.....	266
19.11	Contribuição do produtor rural pessoa física e do segurado especial.....	267
19.12	Contribuição do empregador rural pessoa jurídica.....	270
19.13	Contribuição sobre a receita de concursos de prognósticos	271
19.14	Contribuições destinadas a terceiros	271
19.15	Sistema de escrituração digital das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas – eSocial	273
19.16	Simples doméstico.....	276
19.17	A CTPS digital.....	276
Capítulo 20	- Isenção/imunidade das contribuições para a Seguridade Social.....	279
20.1	Requisitos para a isenção/imunidade	281
20.2	Requerimento e deferimento da isenção/imunidade.....	285
20.3	Alcance da isenção/imunidade.....	286
20.4	Revisão da isenção/imunidade	286
Capítulo 21	- Remissão e anistia.....	287
Capítulo 22	Regras gerais de arrecadação e fiscalização.....	291
22.1	Competência dos órgãos de arrecadação e fiscalização.....	291
22.2	Arrecadação e recolhimento das contribuições.....	292
22.3	Obrigações acessórias.....	296
22.4	Prerrogativas da fiscalização.....	305
22.5	Inadimplemento e acréscimos moratórios.....	308

22.6	Restituição de contribuições, compensação e reembolso de benefícios.....	312
22.6.1	Restituição e compensação.....	312
22.6.2	Reembolso de benefícios.....	317
22.7	Parcelamento de débitos.....	318
Capítulo 23	– Responsabilidade solidária e por substituição tributária.....	325
23.1	Construção civil.....	326
23.2	Grupo econômico.....	328
23.3	Responsabilidade dos sócios e titulares.....	328
23.4	Tomador de serviços.....	329
23.5	Administradores públicos.....	332
23.6	Operador portuário e órgão gestor de mão de obra.....	332
23.7	Empresas consorciadas.....	334
Capítulo 24	– Decadência e prescrição das contribuições à Seguridade Social.....	335
24.1	O conflito de normas: lei de custeio e CTN.....	336
24.2	A decadência na exigibilidade de contribuições.....	337
24.3	A prescrição do direito de cobrança dos créditos.....	339
24.4	Prescrição na restituição e compensação de contribuições.....	341
24.5	Prazo para pleitear a desconstituição de exigência fiscal.....	342
Capítulo 25	– Prova de regularidade fiscal.....	343
Capítulo 26	– Processo administrativo fiscal.....	349
26.1	Constituição do crédito da Seguridade Social.....	349
26.1.1	Notificação de Lançamento – NL.....	353
26.1.2	Auto de Infração – AI.....	356
26.1.3	Contencioso relativo a obrigações do Simples Nacional.....	358
26.2	Depósito recursal – Exigibilidade.....	359
Capítulo 27	– Dívida ativa: inscrição e execução judicial.....	361
Capítulo 28	– Execução de contribuições à Seguridade Social na Justiça do Trabalho.....	379
28.1	A responsabilidade pelos recolhimentos.....	390
28.2	Condição da União na lide trabalhista.....	393
28.3	Legislação aplicável.....	394
28.4	Créditos executáveis.....	395
28.5	As prerrogativas da União.....	397
28.6	Apuração do valor devido.....	398
28.7	O procedimento da execução.....	400
28.8	A Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.....	404
Capítulo 29	– Dos crimes contra a Previdência Social.....	407
29.1	O regime da Lei n. 9.983/2000.....	407
29.2	Apropriação indébita previdenciária.....	408
29.2.1	Inocorrência da <i>abolitio criminis</i> da conduta prevista no art. 95, d, da Lei n. 8.212/1991.....	412
29.2.2	Constitucionalidade.....	413
29.2.3	Tipo objetivo.....	413
29.2.4	Tipo subjetivo.....	414
29.2.5	Consumação e tentativa.....	414

29.2.6	Sujeito ativo.....	415
29.2.7	Sujeito passivo.....	416
29.2.8	Crime continuado.....	416
29.2.9	Ação penal.....	417
29.2.10	Extinção da punibilidade.....	418
29.2.11	Perdão judicial.....	420
29.2.12	Dificuldades financeiras.....	421
29.2.13	Princípio da insignificância.....	422
29.2.14	Prisão por dívida.....	424
29.3	Inserção de dados falsos em sistema de informações.....	424
29.4	Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações.....	425
29.5	Sonegação de contribuição previdenciária.....	425
29.6	Divulgação de informações sigilosas ou reservadas.....	427
29.7	Falsidade documental.....	427
29.8	Falsificação de documento público.....	427
29.9	Violação de sigilo funcional.....	428
29.10	Equiparação a funcionário público.....	428
29.11	Estelionato previdenciário.....	428

PARTE IV

PRESTAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Capítulo 30 – Introdução.....	433
Capítulo 31 – Concessão da prestação previdenciária.....	437
31.1 Suspensão do benefício.....	440
31.2 Cancelamento do benefício.....	443
31.3 Processo administrativo previdenciário.....	447
Fluxograma do processo administrativo.....	467
Capítulo 32 – Períodos de carência.....	473
Capítulo 33 – Cálculo do valor dos benefícios.....	485
33.1 Salário de benefício e período básico de cálculo.....	485
33.1.1 Atividades concomitantes.....	491
33.1.2 Majorações decorrentes de sentença trabalhista.....	492
33.1.3 Fórmula de cálculo do salário de benefício da Lei n. 9.876/99 até a véspera da vigência da EC n. 103/2019.....	493
33.2 Fator previdenciário e sua revogação a partir da EC n. 103/2019.....	494
33.3 Exclusão do fator previdenciário com base na Fórmula 95/85 progressiva.....	497
33.3.1 Fator previdenciário em relação aos professores.....	498
33.4 Renda mensal inicial.....	499
33.5 Valor-limite dos benefícios.....	502
33.6 Reafirmação da Data de Entrada do Requerimento (DER).....	503
Capítulo 34 – Reajustamento e revisão do valor dos benefícios.....	507
34.1 Aplicação do teto dos benefícios fixados pelas Emendas Constitucionais ns. 20/98 e 41/2003.....	509
34.2 Primeiro reajuste após a concessão do benefício.....	511

34.3	Apuração da RMI do auxílio-doença e da aposentadoria por invalidez: art. 29, II, da Lei n. 8.213, de 1991	512
34.4	Revisão com base na concessão do benefício mais vantajoso – Tese do “melhor benefício”	514
34.5	Ampliação do período básico de cálculo do salário de benefício – “Tese de uma vida toda”	515
34.6	Inclusão do adicional de 25% ao aposentado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa	517
34.7	Salário de benefício pela média dos 36 últimos salários de contribuição e não incidência do fator previdenciário nas aposentadorias por tempo de contribuição concedidas com base nas regras de transição da EC n. 20/1998	518
34.8	Teses superadas	520
34.8.1	Atualização monetária dos doze últimos salários de contribuição para os benefícios concedidos anteriormente à Constituição de 1988	520
34.8.2	Súmula n. 260 do extinto TFR	521
34.8.3	Autoaplicabilidade do art. 202, <i>caput</i> , da Constituição de 1988 – Diferenças decorrentes do reajustamento dos benefícios concedidos entre 5.10.1988 e 5.4.1991 (art. 144, parágrafo único, da Lei n. 8.213/1991)	521
34.8.4	Aplicação do art. 58 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias....	522
34.8.5	Manutenção do valor real dos benefícios/equivalência do valor dos benefícios em número de salários mínimos	523
34.8.6	Valor mínimo dos benefícios.....	523
34.8.7	Expurgos inflacionários.....	523
34.8.8	Conversão dos benefícios para URV – Lei n. 8.880/1994.....	524
34.8.9	Reajustamento dos benefícios pelos índices integrais do IGP-DI nos meses de junho de 1997, 1999, 2000, 2001, 2002 e 2003	524
34.8.10	Revisão da renda mensal da pensão por morte	525
34.8.11	Demais revisões decorrentes da Lei n. 9.032/1995	526
34.8.12	Salário de benefício de aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença – art. 29, § 5º, da Lei n. 8.213/1991	526
34.8.13	Desaposentação e reaposentação.....	527
34.8.14	Aplicação da variação da ORTN/OTN na atualização dos salários de contribuição dos benefícios concedidos antes da CF de 1988.....	528
34.8.15	Aplicação do IRSM de fevereiro de 1994	528
34.8.16	Inclusão do décimo terceiro como salário de contribuição para cálculo do salário de benefício.....	529
Capítulo 35	– Pagamento dos benefícios.....	531
35.1	Pagamento feito a terceiros.....	534
35.2	Intangibilidade do valor do benefício	535
35.3	Devolução de benefícios previdenciários recebidos por força de tutela provisória posteriormente revogada	538
35.4	Acumulação de benefícios	539
35.5	Abono anual	544
	Quadro-resumo – abono anual.....	545
Capítulo 36	– Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais.....	547
36.1	Evolução histórica da proteção acidentária.....	548
36.2	Conceito de acidente do trabalho	550
36.3	Doenças ocupacionais.....	554
36.4	Nexo causal e concausalidade	557
36.5	Aspectos da proteção previdenciária à vítima de acidente.....	564

XXIV MANUAL DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO – *Carlos Alberto Pereira de Castro* • *João Batista Lazzari*

36.6	A Comunicação do Acidente de Trabalho – CAT	565
36.7	Estabilidade do empregado acidentado	575
36.8	A ação regressiva previdenciária	578
Capítulo 37	Aposentadorias programáveis	583
37.1	Aposentadoria e vínculo de emprego	585
37.2	Aposentadoria programada	590
37.3	Aposentadoria por idade	592
37.3.1	Aposentadoria compulsória dos empregados públicos	594
37.3.2	Aposentadoria por idade do trabalhador rural	595
37.3.3	Aposentadoria programada “mista” ou “híbrida” da Lei n. 11.718/2008	600
37.3.4	Período de carência	602
37.3.5	Data de início do benefício	603
37.3.6	Renda mensal inicial	603
Quadro-resumo	Aposentadoria por idade	605
37.4	Aposentadoria por tempo de serviço	607
37.4.1	Período de carência	608
37.4.2	Data de início do benefício	608
37.4.3	Renda mensal inicial	608
37.5	Aposentadoria por tempo de contribuição	608
37.5.1	Beneficiários	610
37.5.2	Período de carência	611
37.5.3	Data de início do benefício	612
37.5.4	Renda mensal inicial	612
37.5.5	Validade das novas regras de cálculo	613
Quadro-resumo	Aposentadoria por tempo de contribuição	614
37.5.6	EC n. 103/2019 Regras de transição em relação à aposentadoria por tempo de contribuição	616
37.6	Aposentadoria programada do professor	620
37.6.1	A aposentadoria do professor e a aplicação do fator previdenciário	622
37.6.2	Conversão do tempo especial de professor em tempo comum	624
37.6.3	Regras de transição da aposentadoria dos professores	625
37.7	Aposentadoria especial	628
37.7.1	Beneficiários	633
37.7.2	Comprovação do exercício de atividade especial	635
37.7.3	Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT)	639
37.7.4	Uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI)	640
37.7.5	Nível do ruído	645
37.7.6	Período de carência	647
37.7.7	Data de início do benefício	648
37.7.8	Renda mensal inicial	649
37.7.9	Conversão do tempo especial	649
37.7.10	Fator de conversão do tempo especial em comum	652
37.7.11	A EC n. 103/2019 e as regras de transição para a aposentadoria especial	653
Quadro-resumo	– Aposentadoria especial	654
37.8	Aposentadoria aos segurados com deficiência	658
37.8.1	Beneficiários	662
37.8.2	Período de carência	663
37.8.3	Renda mensal inicial	663

37.8.4	Data de início do benefício	664
37.8.5	Principais demandas relacionadas à aposentadoria da pessoa com deficiência.....	664
	Quadro-resumo – Aposentadoria aos segurados com deficiência.....	665
37.9	Aposentadoria dos segurados de baixa renda	666
37.10	Direito à desaposentação.....	667
37.11	Reaposentação com base em novo implemento de requisitos	668
Capítulo 38	– Benefícios por incapacidade laboral.....	671
38.1	Auxílio por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença).....	671
38.1.1	Perícia médica.....	680
38.1.2	Período de carência	687
38.1.3	Data de início do benefício	689
38.1.3.1	Data de início do benefício concedido judicialmente.....	691
38.1.4	Renda mensal inicial	693
38.1.5	Processo de reabilitação.....	695
38.1.6	Situação trabalhista.....	696
38.1.7	Cessação do benefício.....	700
38.1.8	A Covid-19 e o direito a benefícios por incapacidade	706
38.1.9	A Covid-19 e sua possível caracterização como doença ocupacional	709
	Quadro-resumo – Auxílio por incapacidade temporária.....	712
38.2	Aposentadoria por incapacidade permanente (por invalidez).....	713
38.2.1	Período de carência	716
38.2.2	Data de início do benefício	717
38.2.3	Renda mensal inicial	718
38.2.4	Recuperação da capacidade de trabalho	721
38.2.5	Da possibilidade de transformação da aposentadoria por incapacidade em aposentadoria por idade.....	724
	Quadro-resumo – Aposentadoria por invalidez/por incapacidade permanente	725
38.3	Auxílio-acidente	727
38.3.1	Beneficiários.....	727
38.3.2	Período de carência	729
38.3.3	Data de início do benefício	730
38.3.4	Renda mensal inicial	730
38.3.5	Suspensão e cessação do benefício.....	733
38.3.6	Manutenção do auxílio-acidente cumulado com aposentadoria de outro regime.....	734
	Quadro-resumo – Auxílio-acidente.....	735
Capítulo 39	– Benefícios de proteção à família e à maternidade.....	737
39.1	Pensão por morte	737
39.1.1	Requisitos para a concessão do benefício.....	738
39.1.2	Morte presumida.....	739
39.1.3	Direito à pensão quando o segurado esteja inadimplente com a Previdência... ..	740
39.1.4	Habilitação de beneficiários.....	742
39.1.5	Pensão ao dependente viúvo do sexo masculino.....	745
39.1.6	Existência simultânea de dependentes na condição de cônjuges, ex-cônjuges e companheiros.....	746
39.1.7	Comprovação da união estável e homoafetiva.....	747
39.1.8	A Lei n. 13.135/2015 e a limitação do acesso ao benefício.....	748

39.1.9	Direito à pensão do menor sob guarda	749
39.1.10	Direito à pensão do filho ou irmão inválido.....	750
39.1.11	Dependente universitário – Pensionamento até os 24 anos	751
39.1.12	Pensão em favor dos pais.....	751
39.1.13	A revogação do inciso IV do art. 16 e a existência de pessoa designada	752
39.1.14	Período de carência	752
39.1.15	Data de início do benefício	753
39.1.16	Renda mensal inicial	754
39.1.17	Cessação	758
39.1.18	Perda do direito à pensão por morte	761
Quadro-resumo	Pensão por morte	761
39.2	Auxílio-reclusão.....	766
39.2.1	Concessão do auxílio-reclusão para dependentes de segurados que superem o critério da baixa renda	770
39.2.2	Período de carência	771
39.2.3	Data de início do benefício	771
39.2.4	Beneficiários	772
39.2.5	Renda mensal inicial	772
39.2.6	Cessação e suspensão do benefício	773
Quadro-resumo	Auxílio-reclusão	774
39.3	Salário-maternidade.....	776
39.3.1	Período de carência	779
39.3.2	Duração do salário-maternidade.....	780
39.3.3	Prorrogação do salário-maternidade por mais sessenta dias	782
39.3.4	Renda mensal inicial	784
39.3.5	Cessação do benefício	786
39.3.6	Extensão do salário-maternidade em caso de adoção	786
Quadro-resumo	– Salário-maternidade	787
39.4	Salário-família.....	789
39.4.1	Período de carência	792
39.4.2	Data de início do benefício	792
39.4.3	Renda mensal inicial	792
39.4.4	Perda do direito.....	793
Quadro-resumo	– Salário-família	793
Capítulo 40	Benefícios assistenciais	795
40.1	Benefício de prestação continuada ao idoso e ao deficiente LOAS	795
40.1.1	Requisitos legais para a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC).....	795
40.1.2	Deficiência para fins de concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC).....	797
40.1.3	Requisito econômico para fins de concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC).....	798
40.1.4	Beneficiários	801
40.1.5	Data de início do benefício	802
40.1.6	Cessação do benefício	802
40.1.7	Acumulação com outros benefícios	804
Quadro-resumo	Benefício de prestação continuada da assistência social.....	804
40.2	Benefício assistencial ao trabalhador portuário avulso.....	807
40.3	Auxílio-inclusão aos portadores de deficiência	807

40.4	Auxílio emergencial (Lei n. 13.982/2020).....	808
40.5	Benefício emergencial de preservação do emprego e renda.....	811
Capítulo 41	- Benefícios extintos.....	817
41.1	Renda mensal vitalícia.....	817
41.2	Auxílio-natalidade.....	818
41.3	Auxílio-funeral.....	818
41.4	Pecúlio.....	818
41.5	Abono de permanência em serviço.....	819
41.6	Aposentadorias diferenciadas.....	819
Capítulo 42	- Serviços.....	821
42.1	Serviço social.....	821
42.2	Habilitação e reabilitação profissional.....	822
Capítulo 43	- Tempo de contribuição para fins previdenciários.....	825
43.1	Prova do tempo de contribuição.....	835
43.2	Reconhecimento do tempo de contribuição e respectiva indenização.....	840
43.3	Atividade rural e o regime de economia familiar.....	842
43.4	Aluno-aprendiz.....	849
43.5	Efeitos das decisões da Justiça do Trabalho para cômputo junto ao INSS.....	851
43.5.1	O art. 55 da Lei de Benefícios e o princípio de aptidão para a prova. A inconstitucionalidade pela afronta ao princípio da ampla defesa.....	854
43.6	Contagem recíproca do tempo de contribuição.....	857
43.7	Justificação administrativa.....	861
43.8	Cabimento da ação declaratória para reconhecimento de tempo de contribuição.....	864
Capítulo 44	- Prescrição e decadência em matéria de benefícios.....	867
44.1	Prescrição do direito a prestações.....	867
44.2	A Lei n. 13.846/2019 e a violação aos direitos do pensionista menor, incapaz ou ausente.....	870
44.3	Decadência do direito à revisão do cálculo de benefício previdenciário.....	871
44.4	Aplicação do prazo de decadência nas ações para reconhecimento de tempo de contribuição.....	874
44.5	Prazo para revisão de benefício antecedente em caso de pensão por morte.....	875
44.6	Da possibilidade de interrupção do prazo decadencial para revisão do ato de concessão nos casos de requerimento administrativo.....	876
44.7	Hipóteses de aplicação do prazo de decadência na via administrativa.....	877
44.8	Prazo decadencial para o INSS rever seus atos.....	878
44.9	Conclusões sobre os institutos da prescrição e da decadência.....	881
Capítulo 45	- Ações previdenciárias.....	883
45.1	Competência para as ações previdenciárias.....	884
45.1.1	Prestações comuns previdenciárias.....	885
45.1.2	Competência federal delegada.....	886
45.1.3	Prestações acidentárias.....	887
45.1.4	Causas referentes ao benefício assistencial.....	888
45.1.5	Ações envolvendo benefícios de entidades fechadas de previdência complementar.....	889
45.1.6	Dano moral previdenciário.....	890
45.2	Prévio ingresso na via administrativa.....	893

45.3	Juizados Especiais Cíveis na Justiça Federal	895
45.3.1	Competência dos JEFs	897
45.3.2	Valor da causa	898
45.3.3	Renúncia	899
45.3.4	Legitimidade.....	901
45.3.5	Sentença líquida	902
45.3.6	Recursos.....	902
45.3.6.1	Recurso contra decisão que aprecia pedidos de liminares e de tutela provisória	903
45.3.6.2	Recurso contra sentença (recurso inominado).....	904
45.3.6.3	Incidente regional de uniformização de jurisprudência.....	906
45.3.6.4	Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei federal (PUIL).....	907
45.3.6.5	Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei (PUIL) dirigido ao Superior Tribunal de Justiça	913
	Quadros-resumo dos recursos	916
45.3.7	Cumprimento da sentença	928
45.3.8	Aplicação da Lei dos JEFs em caso de delegação de competência	929
45.3.9	Nulidades	930
45.3.10	Custas e honorários advocatícios.....	931
45.4	O novo CPC e seus reflexos nos Juizados Especiais Federais	934
45.5	Pagamentos devidos pelo INSS.....	945
45.5.1	Evolução legislativa	945
45.5.2	Requisição de Pequeno Valor (RPV).....	948
45.5.3	Pagamento por precatório	949
45.5.4	Complemento positivo	950
45.6	Preferência no pagamento de requisições (RPV ou precatório).....	950
45.7	Coisa julgada previdenciária.....	952
45.8	Execução do julgado	957

PARTE V

REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Capítulo 46 – Introdução.....	963
Capítulo 47 – Histórico.....	969
Capítulo 48 – Aspectos gerais dos regimes próprios	973
Capítulo 49 – Principais pontos das reformas constitucionais.....	985
Capítulo 50 – Previdência complementar para servidores públicos.....	995
Capítulo 51 – Custeio dos regimes próprios.....	1007
51.1 Breve histórico.....	1007
51.2 Disposições sobre custeio dos RPPS contidas na EC n. 103	1008
51.3 Contribuições no RPPS da União.....	1011
Capítulo 52 – Regras de aposentadoria dos regimes próprios.....	1015
52.1 Aposentadoria por incapacidade permanente.....	1030

Quadros-resumo – Regras de aposentadoria por incapacidade permanente.....	1034
52.2 Aposentadoria compulsória por Idade.....	1036
Regras – Aposentadoria compulsória (idade limite).....	1039
52.3 Aposentadorias voluntárias.....	1040
52.3.1 Regras aplicáveis aos RPPS dos Estados, Distrito Federal e Municípios.....	1043
Quadro-resumo – Regras sobre aposentadoria voluntária exclusivamente por idade.....	1045
52.3.2 Aposentadoria Voluntária “por idade e tempo de contribuição”.....	1046
52.3.3 Regras de transição para a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição.....	1048
Resumo – Aposentadorias voluntárias por idade e tempo de contribuição (regras do RPPS em geral, exceto a União).....	1055
Quadro-resumo – Regras vigentes, até que lei local disponha em contrário, para servidores estaduais, distritais e municipais: aposentadoria voluntária por idade mais tempo de contribuição.....	1055
Regras de transição.....	1058
52.4 Aposentadorias Especiais nos demais regimes próprios (exceto a União).....	1061
Quadro-resumo – Regras sobre aposentadoria especial nos RPPS (exceto RPPS da União)...	1067
52.5 Tempo de contribuição nos regimes próprios.....	1069
52.5.1 Contagem recíproca de tempo de contribuição.....	1070
52.5.2 Contagens fictícias.....	1077
52.6 Prazo para ação revisional de aposentadoria.....	1078
52.7 Inconstitucionalidade da pena de cassação da aposentadoria.....	1078
Capítulo 53 – Pensão por morte, auxílio-reclusão e licenças de caráter previdenciário nos regimes próprios.....	1081
53.1 Cálculo e reajustamento da pensão.....	1082
53.2 Pensão nos RPPS em geral (exceto o da União).....	1083
53.3 Regras de acumulação de pensão por morte com outros benefícios.....	1085
53.4 Rol de beneficiários e rateio da pensão (exceto para o RPPS da União).....	1087
53.5 Perda e cessação do direito à pensão.....	1092
Regras – Pensão por morte (para todos os RPPS, exceto o da União).....	1094
53.6 Licenças-maternidade, paternidade e por adoção.....	1095
53.7 Licença para tratamento de saúde – comum e acidentária.....	1098
53.8 Auxílio-reclusão.....	1100
Capítulo 54 – O regime próprio da União.....	1103
54.1 A aposentadoria voluntária no RPPS da União – Regra geral.....	1104
54.2 Cálculo dos proventos de aposentadoria com base nas regras transitórias da Emenda n. 103, de 2019.....	1105
54.3 Reajustamento dos benefícios do RPPS da União.....	1106
54.4 Regra geral transitória de aposentadoria voluntária no RPPS da União.....	1107
54.5 Regra transitória – Aposentadoria voluntária dos professores federais.....	1107
Quadro aposentadorias no RPPS da União – Regra transitória geral e dos professores.....	1108
54.6 Aposentadoria dos policiais, agentes penitenciários e socioeducativos do âmbito federal...	1108
Quadro aposentadoria dos policiais e demais atividades de risco – RPPS da União (ambos os sexos).....	1109
54.7 Regra transitória – Aposentadoria especial (exposição a agentes nocivos) no âmbito da União.....	1110
Quadro regra transitória – Aposentadoria por exposição a agente nocivo no RPPS da União....	1110
54.8 Aposentadoria do servidor portador de deficiência no RPPS da União.....	1111
54.9 As novas regras de transição para os servidores federais.....	1112

54.10	Regra de transição – Servidores federais em geral.....	1112
54.11	Regras de transição para professores de instituições federais	1114
54.12	Regra de transição para aposentadoria de servidores federais expostos a agentes no- civos.....	1115
54.13	Regras de transição para os policiais, agentes penitenciários e socioeducativos.....	1115
54.14	Abono de permanência no RPPS da União.....	1117
54.15	Pensão por morte no RPPS da União.....	1117
54.16	Crítério de cálculo da pensão no âmbito da União – Regra geral	1119
54.17	Duração do pagamento da pensão a cada dependente	1120
54.18	Alteração da regulamentação infraconstitucional.....	1121
54.19	A questão do auxílio-reclusão no RPPS da União	1121
54.20	Efeitos práticos das alterações – Nas pensões por morte – RPPS da União.....	1122
Capítulo 55 – Reajustamento do valor dos benefícios.....		1123

PARTE V

TENDÊNCIAS DO DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Capítulo 56 – A globalização e o Estado contemporâneo.....		1131
Capítulo 57 – As mudanças no direito comparado.....		1143
Capítulo 58 – A Previdência brasileira e suas características.....		1151
Capítulo 59 – Perspectivas da Seguridade Social brasileira.....		1161
59.1	Aprimoramento do atendimento ao público.....	1171
59.2	Maior comunicação da Previdência com os segurados do INSS	1172
59.3	Censo previdenciário ou pesquisa de amostragem.....	1172
59.4	Combate à informalidade e adoção de medidas de inclusão previdenciária	1173
59.5	Pleito de inclusão, nos ensinos fundamental/médio, de conteúdos de discussão e informação sobre a Seguridade Social	1173
59.6	Criação de formas de maior controle de atividades profissionais, com a exigência de comprovação de regularidade de contribuições à Seguridade Social.....	1173
59.7	Campanha maciça para a conscientização da sociedade, no sentido de que a Previdência Social é um bem necessário.....	1174
59.8	Modernização da gestão da informação	1174
59.9	Comunicabilidade entre todos os cadastros de programas sociais e bancos de dados públicos.....	1174
59.10	Incremento da atuação na cobrança da dívida previdenciária e imprescritibilidade da cobrança de contribuições em casos de sonegação fiscal e apropriação indébita.....	1175
Bibliografia.....		1183

ANEXOS

Anexo 1 – Súmulas e enunciados de interesse em matéria previdenciária.....		1197
Anexo 2 – Informações complementares sobre contribuições e benefícios previdenciários.....		1223
Índice Alfabético-Remissivo		1253